



**MMC, LUTAS E RESISTÊNCIAS: O
FLORESCER DO FEMINISMO
CAMPONÊS POPULAR**

Noeli Welter Taborda 

Doutoranda em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe.
Área da Geografia – Universidade Estadual Paulista (UNESP).
E-mail: noeli.taborda@unesp.br

Janaina Francisca de Souza Campos Vinha 

Docente da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)
Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial
na América Latina e Caribe (TerritoriAL-UNESP)
E-mail: janaina.vinha@uftm.edu.br

Como citar: TABORDA, N. W.; VINHA, J. F. de S. C. MMC, lutas e resistências: o florescer do Feminismo Camponês Popular. *Revista Formação (Online)*, v. 33, Edição Especial, e025111, 2025.

Recebido: 12/04/2024

Aceito: 06/05/2025

Data de publicação: 09/07/2025

Resumo

O presente artigo apresenta reflexões acerca do Feminismo Camponês Popular, projeto em construção pelo Movimento de Mulheres Camponesas - MMC. Seu objetivo consiste na análise de como o Feminismo Camponês Popular redefine a relação entre mulheres camponesas e o território rumo a uma nova sociedade antipatriarcal, anticapitalista e antirracista. É dado destaque aos elementos centrais que atravessam o cenário de lutas e resistências do MMC no processo de assumir-se feminista, perpassando o sair de casa, a identidade, o território, o socialismo, o racismo, a agroecologia, a autonomia e a mística. A formulação e construção teórico, prática e coletiva do Feminismo Camponês Popular, a partir da sua história, sinalizam as bases teórico-metodológicas para a compreensão dessa sociedade patriarcal, capitalista e racista. Os mais de 40 anos de existência revelam a coragem, a organização e a construção de novas relações entre mulheres e homens e destes com a natureza para a tão sonhada nova sociedade em territórios camponeses. A metodologia se baseou na pesquisa militante, com a adoção de entrevistas semiestruturadas, bem como na análise bibliográfica e documental de livros, teses, dissertações, como: Cinelli, Jahn (2011), Saffiotti (2013, 2015), Gaspareto (2018), Seibert (2029), Calaça (2021), Taborda (2023). O Feminismo Camponês Popular é a expressão da história de lutas e resistências construídas e vivenciadas pelas mulheres camponesas, pois é nele que as mulheres no campo se percebem como sujeitos, portadoras de direitos e capazes de transformar a realidade.

Palavras-chave: Feminismo Camponês Popular; MMC; Território; Lutas; Resistências.

MMC, STRUGGLES AND RESISTANCE: THE FLOWERING OF POPULAR PEASANT FEMINISM

Abstract

This article presents reflections on Popular Peasant Feminism, a project under construction by the Peasant Women's Movement (MMC). Its objective is to analyze how Popular Peasant Feminism redefines the relationship between peasant women and the territory towards a new anti-patriarchal, anti-capitalist and anti-racist society. It highlights the central elements that permeate the scenario of struggles and resistance of the MMC in the process of assuming itself as feminist, encompassing leaving home, identity, territory, socialism, racism, agroecology, autonomy and mystique. The theoretical, practical and collective formulation and construction of Popular Peasant Feminism, based on its history, signal the theoretical and methodological bases for understanding this patriarchal, capitalist and racist society. The more than 40 years of existence reveal the courage, organization and construction of new relationships between women and men and between men and nature for the long-awaited new society in peasant territories. The methodology was based on militant research, with the adoption of semi-structured interviews, as well as bibliographic and documentary analysis of books, theses, dissertations, we cite some: Cinelli, Jahn (2011), Saffiotti (2013, 2015), Gaspareto (2018), Seibert (2029), Calaça (2021), Taborda (2023). Popular Peasant Feminism is the expression of the history of struggles and resistance built and experienced by peasant women, as it is in this way that women in the countryside perceive themselves as subjects, bearers of rights and capable of transforming reality.

Keywords: Popular Peasant Feminism; MMC; Territory; Fights; Resistances.

MMC, LUCHAS Y RESISTENCIAS: EL FLORECIMIENTO DEL FEMINISMO POPULAR CAMPESINO

Resumen

El presente artículo presenta reflexiones acerca del Feminismo Camponés Popular, proyecto en construcción del Movimiento de Mujeres Camponesas - MMC. Su objetivo consiste en analizar cómo el Feminismo Camponés Popular redefine la relación entre mujeres campesinas y el territorio rumo a una nueva sociedad antipatriarcal, anticapitalista y antirracista. É dado destaque aos elementos centrais que atravessam o cenário de lutas e resistências do MMC no processo de assumir-se feminista, perpassando o sair de casa, a identidade, o território, o socialismo, o racismo, a agroecologia, a autonomia e a mística. La formulación y construcción teórica, práctica y

colectiva del Feminismo Camponés Popular, a partir de su historia, se sinaliza como bases teórico-metodológicas para comprender la sociedad patriarcal, capitalista y racista. Os mais de 40 años de existencia revelam a coragem, a organização e a construção de novas relações entre mujeres e homens e destes com a Natureza para a tão sonhada nova sociedade em territórios camponeses. A metodología se baseou na pesquisa militante, com adoção de entrevistas semiestruturadas, bem como na análise bibliográfica e documental de livros, teses, dissertações, citamos alguns: Cinelli, Jahn (2011), Safiotti (2013, 2015), Gaspareto (2018), Seibert (2029), Calaça. (2021), Taborda (2023). El Feminismo Camponés Popular es una expresión de la historia de lutas e resistências construidas e vivenciadas de las mujeres campesinas, pois é nele que as mulheres no campo se perciben como sujeitos, portadoras de derechos y capaces de transformar la realidad.

Palabras clave: Feminismo Popular Campesino; MMC; Territorio; Peleas; Resistencias.

NOTAS INTRODUTÓRIAS E METODOLÓGICAS: o MMC e o feminismo - o desabrochar das flores!

O presente artigo procura apresentar reflexões acerca do Feminismo Camponês Popular que está em construção pelo Movimento de Mulheres Camponesas - MMC. Seu objetivo consiste na análise de como o Feminismo Camponês Popular redefine a relação entre mulheres camponesas e o território rumo a uma nova sociedade antipatriarcal, anticapitalista e antirracista. Pretende-se, portanto, evidenciar elementos centrais que atravessam o cenário de lutas e resistências do MMC no processo de assumir-se feminista, perpassando o sair de casa, a identidade, o território, o socialismo, o racismo, a agroecologia, a autonomia e a mística.

Partimos da pesquisa de dissertação concluída em 2023, na qual, a preocupação foi analisar as ações e estratégias do MMC na construção dos territórios de luta e resistência a partir do Feminismo Camponês Popular no período Pós-Golpe de 2016 a 2022 no Brasil¹.

Na referida pesquisa, o Feminismo Camponês Popular compareceu como eixo central do debate, concebido como visão de mundo que espacializa a luta das mulheres do MMC. Na atualidade, é a partir dele que o movimento realiza suas ações de enfrentamento e resistência. No entanto, tal perspectiva é parte do acúmulo histórico do MMC, ou seja, é fruto de processos que se desenvolvem desde o final dos anos de 1970, período em que o Brasil vivenciou a abertura política, a retomada das lutas contra a Ditadura militar e a favor da redemocratização do país. Desta ampla mobilização, surgiram diversos sujeitos de luta: partidos políticos, sindicatos, pastoriais sociais e movimentos sociais. Dentre os últimos, emergiram movimentos autônomos, como é o caso das mulheres camponesas que, anos mais tarde, se unificaram e conjugaram forças para o nascimento e *florescimento* do MMC.

¹ Entendemos por golpe o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff realizado de forma ilegítima no ano de 2016.

O MMC surge, então, dessa construção em escala nacional, com outras organizações do campo e da cidade, e que em 1994 internacionaliza suas lutas, participando e compondo a Coordenadoria Latino Americana de Organizações do Campo (CLOC) e La Vía Campesina (LVC), as quais aglutinam inúmeros outros movimentos sociais do campo da América Latina e do restante do globo mundo. Diante de inúmeros debates, em 2004, durante o I Congresso Nacional, esses diversos movimentos autônomos se unificaram, consolidando, por sua vez, o MMC.

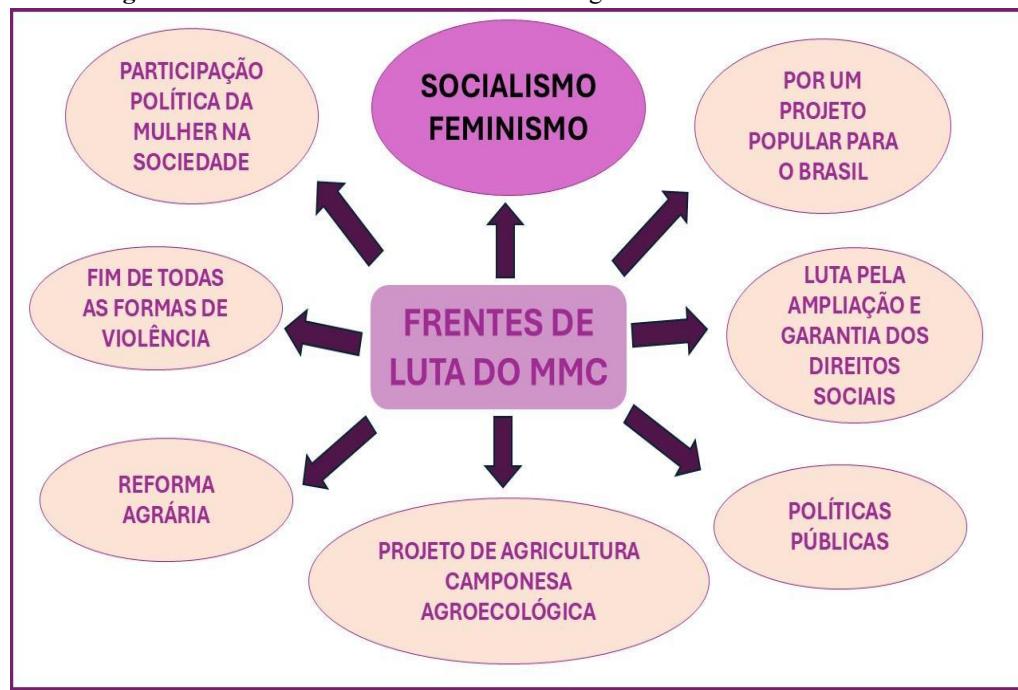
Neste ínterim, como será debatido, entre as principais ações de lutas e conquistas do MMC, destacam-se, por exemplo, o reconhecimento da profissão das trabalhadoras rurais no campo, o acesso à documentação pessoal, a aposentadoria rural, o salário maternidade, auxílio-doença, o acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Assim, pouco a pouco, o MMC constitui-se como um movimento autônomo, popular e feminista e que assume a missão de libertação das mulheres trabalhadoras de qualquer tipo de opressão e discriminação. Isso se concretiza nas lutas, na organização, na formação e na implementação de experiências de resistência popular, momento em que as mulheres são protagonistas de sua história. Lutar por uma sociedade baseada em novas relações sociais entre os seres humanos e deles com a natureza.

Missão que cria identidade e unidade ressurgindo da herança histórica das inúmeras mulheres lutadoras anônimas ou conhecidas de nossa ancestralidade, presente nas diferentes experiências entre as mulheres do campo. Deliberamos sobre os princípios de ser um Movimento autônomo, democrático, popular, de classe, de luta, construtor de relações de igualdade e socialista (MMC, 2004, p. 4).

Define-se como luta central a denúncia das mazelas e desigualdades do sistema capitalista neoliberal alicerçadas no machismo. Aponta-se para a necessidade de construir outros modos de organização da sociedade. Em seu horizonte, sinalizam para o socialismo (Figura 1).

Figura 1 – Frentes de Luta assumidas no Congresso Nacional do MMC - 2004



Fonte: Elaborado pelas autoras (2023)

O MMC é o primeiro movimento do campo a assumir-se feminista em 2004. E é desse processo que o Feminismo Camponês Popular vem sendo construído de forma mais efetiva, a partir da consolidação do Movimento. No entanto, sua formulação teórica, política, prática e coletiva, perpassa todas as ações realizadas pelas camponesas ao longo dos seus mais de 40 anos de existência, bem como da construção coletiva das mulheres da CLOC/Via Campesina. De acordo com a Articulação de Mulheres da CLOC, no livro: *Feminismo Campesino Popular: Acción y pensamiento de lucha de las mujeres del campo, indígenas y afrodescendentes de la CLOC/LVC*, lançado em 2024, é apontado que o Feminismo Camponês Popular tem sido desenvolvido na CLOC e incorporado na LVC a partir do diálogo e da inclusão das realidades de cada continente. Assim, reconhece-se que este processo vem se dando desde a Campanha de 500 anos de resistência indígena, camponesa, negra e popular, no final dos anos de 1980 e início de 1990.

O Feminismo Camponês Popular tem como principal elemento a libertação e emancipação das mulheres trabalhadoras, através da prática cotidiana de luta, organização e formação. Se traduz na construção de um projeto de vida e sociedade para o campo e a cidade, com o objetivo de promover novas relações de dignidade e justiça, profundamente comprometido com a luta de classes. Configura-se como “a expressão da história construída e vivenciada pelas mulheres camponesas, pois é nele que as mulheres no campo se percebem

como sujeitos, portadoras de direitos e capazes de transformar a realidade” (MMC, 2018, p. 30).

Esse outro projeto de vida traz a agroecologia como um elemento fundamental. Há uma preocupação com a biodiversidade e com a produção de alimentos saudáveis e diversificados. Indica o compromisso com a vida, aprendizado sobre sementes, plantas medicinais, estudo, formação e troca de saberes. Dessa forma, constitui-se num feminismo camponês agroecológico e que, ao incidir no território, promove condições humanas, sociais e ambientais que impulsionam a construção de uma convivência justa e sustentável.

O referencial teórico-metodológico adotado fundamenta-se numa leitura materialista histórica da realidade. De acordo com Marx (2008, p. 47) “não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o ser social que determina sua consciência”, ou seja, é a existência concreta e material que precede o pensamento. Nossa elaboração parte da realidade concreta de mulheres que vivem e trabalham no campo, sobretudo ao lançar o olhar para as contradições intrínsecas geradas pelo modo de produção capitalista, expressa na desigualdade de gênero, no patriarcado, no machismo e no racismo. O *descobrir-se* feminista das camponesas no Movimento se materializa a partir do vivido, do real, e esse processo, dialeticamente, apresenta superações, conquistas e direitos, e é neste construir-se do MMC que o materialismo histórico-dialético dialoga com a presente pesquisa.

Além do materialismo, o trabalho está ancorado numa epistemologia feminista, que reflete sobre o papel das mulheres na produção científica. Há ainda muito preconceito de gênero “infiltrado” em inúmeras áreas do conhecimento - inclusive nas ciências humanas e sociais (Smith, 1987; Collins, 2019; Kilomba, 2019; Gilligan, 1982) e nas ciências da vida (Haraway, 1989; 1991; 1995; Keller, 2006). Portanto, em nossas elaborações, buscamos evidenciar a produção científica das mulheres.

Buscando coerência com essa proposição, o percurso metodológico foi embasado em autoras(es) como Catiane Cinelli e Elisiane Jahn (2011), que abordam o tema da identidade, do assumir-se feminista; Ivone Gebara (2002) que discute o movimento feminista como um movimento social e político; Iridiani Gracieli Seibert (2019) que apresenta o Feminismo Camponês Popular a partir da luta das camponesas do MMC por transformação social; Heleith Saffioti (2013, 2015) e Itamara Almeida e Cleidineide Pereira de Jesus (2020) constroem uma reflexão a partir da estrutura da sociedade que entrelaça classe, gênero e raça, ou seja, capitalismo, patriarcado e racismo; Michela Calaça (2021) que apresenta as formas de articulação da luta contra o capitalismo, patriarcado e racismo no processo de construção e

adoção do Feminismo Camponês Popular no MMC e na CLOC; Sirlei A.K. Gaspareto (2018) trata da construção de saberes pelo MMC através do programa de sementes crioulas, da defesa do território e da agroecologia.

A metodologia empregada baseou-se na pesquisa militante, entendida como um espaço amplo de produção do conhecimento, orientado para a ação transformadora e que articula pesquisadoras(es) e movimentos sociais. Assim, os movimentos sociais são compreendidos como sujeitos atuantes na construção dos rumos da pesquisa, participando do próprio processo de produção do conhecimento, ou seja, não são considerados meros objetos de pesquisa. A pesquisa militante acontece por meio de um processo dialético, o que inclui, necessariamente, a interação entre a teoria e a prática para a produção do conhecimento científico (Bringuel; Varella, 2016). Neste caso, a trajetória no interior do MMC como militante é o que permite dialogar com a Universidade e possibilita o desenvolvimento dessa pesquisa.

Ainda, foram empregadas três entrevistas semiestruturadas e análise bibliográfica e documental: livros, dissertações e teses de militantes do Movimento, já citadas acima, bem como referenciais teóricos sobre Feminismo e Geografia, a exemplo de Reis (2015). Para as entrevistas, foram coletados relatos de três mulheres que integram a coordenação nacional do MMC das regiões Norte, Sul e Nordeste do país.

Além dessas notas introdutórias e das considerações finais, o presente texto está organizado em três eixos: o primeiro trata da aproximação do MMC com os pressupostos feministas, bem como do caráter socialista e antirracista incorporados; o segundo aborda as origens do MMC desde a década de 1980, destacando as lutas, a identidade e o caminho percorrido para a construção efetiva do Feminismo Camponês Popular; por fim, o último e terceiro eixo apresenta reflexões que relacionam território, agroecologia e mística como elementos chave para a compreensão do Feminismo Camponês Popular.

FEMINISMO CAMPONÊS POPULAR: DESCOBERTAS E PRESSUPOSTOS

O assumir-se feminista no MMC não esteve presente desde a sua gênese no final da década de 1970. Tal perspectiva teve caráter processual, ou seja, foi delineada a partir de um amplo movimento de conscientização e de reconhecimento da realidade vivenciada pelas camponesas. De acordo com Ana de Miguel (2014), por muito tempo o feminismo foi considerado uma luta das mulheres urbanas, brancas e de classes média e alta, porém, ao observar as lutas travadas na busca da transformação da sociedade, percebeu-se que o feminismo também é fruto da ação política das mulheres da classe trabalhadora.

Sobre o feminismo, segundo Cristina Buarque (2016):

Feminismo é a ação política das mulheres em favor da transformação das relações de poder entre homens e mulheres, que incide na transformação da sociedade, através do combate às desigualdades, discriminações, opressões e explorações de sexo, com contribuições, teóricas e práticas, nos campos da organização política, das leis, dos hábitos e costumes, dos saberes e dos governos (Buarque, 2006, p. 8).

Ana de Miguel (2014) também afirma que se pode compreender que o feminismo sempre esteve presente, pois quando as mulheres, de forma individual ou coletiva, se dão conta das injustiças vivenciadas pelo patriarcado e reivindicam uma vida melhor, elas já estão exercitando o feminismo. Portanto, é do feminismo, baseado na luta de classes, que as camponesas constroem, pouco a pouco, os elementos para a formulação do Feminismo Camponês Popular.

Há três elementos que se entrelaçam e fundamentam o Feminismo Camponês Popular das camponesas organizadas no MMC:

A luta de classes (pois entendem que a superação da sociedade capitalista é a única forma possível de construir real liberdade para todas as pessoas, em especial para as mulheres), a luta feminista pelos direitos e autonomia política das mulheres e a luta por um projeto de agricultura camponesa e agroecológica (Calaça; Seibert, 2018, p. 04).

É importante acrescentar a luta antirracista, a partir do elemento e da teoria interseccional, que permite analisar a exploração, opressão e discriminação de classe, gênero e raça/etnia e que fundamentam a estrutura dessa sociedade de maneira entrecruzada com a vida das mulheres. Heleith Saffioti (2013), MMC (2018) e Itamara Almeida e Cleidineide Pereira de Jesus (2020) chamam atenção para a necessidade de ler essa realidade e, nela, a luta das mulheres, considerando as categorias de classe, gênero e raça/etnia.

Michela Katiuscia Calaça avança nessa compreensão e aponta alguns elementos que ajudam nesse *constructo*.

Partimos da compreensão de que vivemos na modernidade política: sociedade que se construiu a partir de um processo longo de transformações filosóficas, culturais e econômicas. É na construção da modernidade que ocorre a brutal acumulação primitiva (Marx, 2011; Federici, 2017) que sustentou a consolidação da hegemonia burguesa, com a implantação do capitalismo. Mas, modernidade não pode ser sinônimo de capitalismo, pois ela se constrói articulando três sistemas de exploração do trabalho que se alimentam e se complementam, formando aquilo que se denominam de racionalidade moderna. São eles: a expropriação massiva dos meios de produção (terra); a exploração do trabalho das pessoas que não detém os meios de produção, pelos que as detém; a exploração do trabalho das mulheres e sua desvalorização, com a imposição de que seja realizado gratuitamente em nome de uma suposta diferença baseada na natureza (Federici, 2019a), a partir da divisão sexual do trabalho (Kergoat, 2009); e a exploração do trabalho de pessoas não brancas que são

inferiorizadas, seja sob o discurso da ‘necessidade de civilizar’ os não ‘civilizados’, seja sob a construção da desumanização de uma grande parte da humanidade, no intuito de escravizá-las (Calaça, 2021, p. 40–41).

Segundo Taborda; Cinelli e Collet (2021, p. 11), o Feminismo Camponês Popular “compreende o caráter estrutural das questões étnico/raciais para a dominação, discriminação e exploração das mulheres negras e indígenas”. Existem assimetrias em como as mulheres vivenciam as explorações e violências numa sociedade de classes, como a questão de raça, por isso, constrói-se um feminismo antirracista. O feminismo camponês e indígena é necessariamente de classe (Calaça; Cinelli; Conte, 2018; Seibert, 2019; Conte, 2014; Itamara Almeida; Cleidineide De Jesus, 2020).

Não há como compreendê-lo sem entender as determinações materiais de um longo processo que culmina em sua definição. Pois, descobrir-se ou entender-se como feministas para as camponesas não é algo novo, mas é a reafirmação de muitas histórias de organização, lutas, resistências e confrontamentos que empreenderam historicamente, ainda que não assumido e percebido desta maneira em todo este processo. Na atualidade entende-se que desde sempre sua luta era feminista e que as ações que realizavam sobre a perspectiva de gênero e de classe, como mulheres trabalhadoras do campo, era e é a expressão da luta feminista das camponesas (Seibert, 2019, p. 155).

A invasão e colonização portuguesa no Brasil resultou no massacre e genocídio dos povos indígenas e a escravização do povo negro. Anatália (2022) sinaliza que é necessário reconhecer a pluralidade e diversidade de saberes e conhecimentos dos povos, em especial daqueles que foram violentados e silenciados por séculos:

Eu acho que a luta antirracista tem vários elementos, mas acho que um primeiro é o reconhecimento das várias formas de conhecimento, que eu acho que o primeiro elemento da colonização para criar o racismo é dizer que o conhecimento não valia né, os indígenas eram selvagens, então na medida que um movimento se pauta no diálogo de conhecimentos, entre povos diferentes isso inclusive enfrenta o racismo, e eu acho que a gente tem nos últimos anos se desafiado a de fato, também compreender o quanto o racismo é estruturante para a sociedade brasileira, e enfrenta-lo com formação com tentativas de organização interna do movimento das mulheres negras, eu acho que a gente enfrenta de diversas formas (Entrevista concedida, de forma virtual, em 22 de abril de 2022. Anatália Melo Alves, militante do PCBR, lutou contra a ditadura e foi assassinada no DOPS. Esse nome foi escolhido pela entrevistada).

O Feminismo Camponês Popular perpassa também a compreensão de que as mulheres não são e não vivem uma realidade única ou uniforme. São mulheres do campo, das florestas e das águas que, a partir de diferentes culturas, modos de viver e se relacionar dentro da diversidade do feminismo, compõem a construção do MMC. A construção do MMC possibilitou/possibilita o despertar em relação à própria valorização como ser humano, como

mulher camponesa, como portadoras de direitos e vontades.

Ao estudar sobre o papel da mulher na sociedade, descobrem que o lugar de submissão e subalternidade imposto historicamente foi construído pelo patriarcado e aprofundado pelo capitalismo e o racismo. As mulheres entendem que é possível construir relações de parceria, solidariedade e igualdade/equidade entre as pessoas e em respeito à natureza. Essa compreensão traz a importância da conscientização sobre as raízes da violência, da dominação e da discriminação. Esse entendimento contribui para que no MMC sejam organizadas e protagonizadas lutas de denúncia e enfrentamento às estruturas sociais que sustentam o papel secundário da mulher e dos povos do campo, da floresta e das águas. Ao mesmo tempo, são traçadas lutas de resistência feminista como formas de enfrentamento ao modelo de sociedade vigente.

Diante dessa constatação, entendemos o Feminismo Camponês Popular como uma categoria importante que busca romper com a sociedade patriarcal, capitalista e racista. Possui como principal elemento a libertação e emancipação das mulheres trabalhadoras, através da prática cotidiana de luta, organização e formação. Se traduz na construção de um projeto de vida e sociedade para o campo e a cidade, com o objetivo de promover novas relações de dignidade e justiça, profundamente comprometido com a luta de classes.

Nesse sentido, afirmamos o caráter antipatriarcal, anticapitalista e antirracista do Feminismo Camponês Popular. De acordo com Seibert (2019), ele é a expressão e formulação da experiência teórico prática, coletiva e orgânica das mulheres camponesas organizadas tanto no MMC, quanto na CLOC/LVC. No MMC, como já dito, entende-se que o “sair de casa” em busca de direitos, dignidade e emancipação foi e continua sendo o primeiro passo que permite a libertação, portanto, um elemento fundamental do Feminismo Camponês Popular.

O MMC, além de se assumir feminista, afirma, igualmente, o seu caráter socialista. Uma sociedade baseada no capitalismo, no patriarcado e no racismo, coloca em risco a libertação das mulheres e de toda a classe trabalhadora. Por isso, entende que é preciso “transformar a sociedade”, um processo realizado cotidianamente a partir das ações em escala local, nacional e internacional. Nesse fazer cotidiano, percebe-se que o papel do feminismo é importante, pois de acordo com Mirla Cisne (2014, p. 119), “o feminismo encontra assim seu sentido político maior na luta pelo socialismo. Feminismo e socialismo possuem uma congruência incontestável, afinal, ambos se pautam na liberdade e na igualdade reais”.

A luta feminista aponta como um problema social a dominação e exploração das mulheres. Conforme indica Seibert (2019), sua superação deve ser responsabilidade de

todas(os), e não apenas das mulheres. Nos encontros e debates, as mulheres afirmam que “a libertação da mulher é obra da própria mulher”, ou seja, é preciso o protagonismo das mesmas nesse processo de libertação e emancipação. Porém, entende-se que não será possível construir outra sociedade sem o compromisso coletivo de enfrentar a discriminação, a opressão e a exploração das mulheres que vêm sendo culturalmente reproduzidos.

O socialismo que devemos construir, desde agora, é o que liberta e emancipa, que quebra todas as cercas e formas de propriedade privada, inclusive, sobre o corpo da mulher. Nisso, o feminismo é determinante, pois reivindica a construção de novos valores e práticas no presente que correspondem e sejam coerentes com a sociedade que queremos amanhã (Cisne, 2014, p. 253).

Diante do exposto, percebe-se que a contribuição do Feminismo Camponês Popular é fundamental para enfrentar o patriarcado, o capitalismo e o racismo. Sua proposta política, baseada na realidade concreta, é apontada por Anatália (2022).

Eu acho que o capitalismo se enfrenta de diversas formas, de ter experiência concreta, da denúncia, das ações de enfrentamento, da formação inclusiva, porque você disputar a ideia né, que é uma ideia hegemônica né, ‘ah não tem o que fazer’ ‘o capitalismo é isso mesmo’, que ele é quase que natural, enfrentar essa ideia, formar mais pessoas, mais mulheres contra essa ideia, isso também enfrenta o capitalismo (Entrevista concedida, de forma virtual, em 22 de abril de 2022. Anatália Melo Alves, militante do PCBR, lutou contra a ditadura e foi assassinada no DOPS.. Esse nome foi escolhido pela entrevistada).

De acordo com o relato, é necessário disputar a ideia hegemônica baseada na imposição de uma cultura de dominação, exploração e violência na sociedade. Essa disputa consiste na construção de novas relações, bem como na formação da consciência a partir de um projeto contra-hegemônico. Um projeto de vida e dignidade. Mas é preciso, também, enfrentar o patriarcado, uma cultura de opressão que para além da sociedade, está impregnada nas relações familiares, portanto, a organização coletiva tem papel fundamental. Ainda, de acordo com Anatália (2022),

No patriarcado é muito nítido como organizar mulheres liberta mulheres, é claro que a formação dos companheiros também é importante, é, mais ninguém liberta ninguém, somos nós mesmas, por isso que um movimento auto organizado de camponesas é tão importante, porque a gente tem uma vivência majoritariamente isolada, tem grupos que vivem em comunidade, mas muitas vivem também em [...] unidades familiar de produção isolada, e só uma organização pode dar conta de ligar essas mulheres, de fazer uma se reconhecer na outra..., então a gente enfrenta o patriarcado nas várias lutas, nos vários processos de formação, mas em especial organizando mulheres para entender a nossa realidade (Entrevista concedida, de forma virtual, em 22 de abril de 2022. Anatália Melo Alves, militante do PCBR, lutou contra a ditadura e foi assassinada no DOPS. Esse nome foi escolhido pela entrevistada).

Para Violeta (2022), o Feminismo Camponês Popular,

[...] traduz as nossas lutas, né, os elementos que ele traz é justamente esses, a luta contra o racismo, a luta contra a homofobia, a luta contra esse sistema em si, a luta contra o machismo, o patriarcado, então pra mim esses são os elementos que traz o Feminismo Camponês Popular, inclusive muito embasado dentro da nossa realidade, daquilo que a gente está vivendo né, não como, como um conceito mirabolante não, o que ele traduz são todas as nossas lutas, aquilo que a gente almeja, aquilo que a gente quer construir (Entrevista concedida, de forma virtual, em 30 de abril de 2022. Esse nome foi escolhido pela entrevistada).

É nesse processo dialético da vida concreta e no cotidiano de luta das mulheres camponesas que o Feminismo Camponês Popular é construído no MMC - e articuladamente, de forma mais ampla, na CLOC/LVC a partir de 1994, conforme já mencionado. Já há um longo caminho percorrido e um importante acúmulo político e teórico dessa formulação, o qual apresentamos a seguir.

NO CAMINHAR COLETIVO O FEMINISMO CAMPONÊS POPULAR SE CONSTRÓI: LUTAS E RESISTÊNCIAS

A luta feminista no MMC inicia-se por um dos passos mais importantes dado pelas camponesas no início dos anos de 1980: *o sair de casa*. - para se organizar e fazer a luta por melhores condições de vida e direitos para as mulheres. Pode parecer algo modesto, mas essa postura foi fundamental para a criação de organizações específicas de mulheres para reivindicar e entender porque não tinham seus direitos garantidos por lei.

Essa luta, por sua vez, segundo trazem as pesquisas (Conte, Martins, Daron & 2009; Santos, 2012; Cinelli & Mezadri, 2014; Cisne, 2014), mostra que as mulheres começaram a sair de casa em busca de direitos e assim aprenderam a amplitude do mundo e a complexidade da sociedade capitalista, patriarcal e racista que até então lhes era apresentada como natural. Elas se deram conta de que não tinham direito de sair de casa ou do ambiente restrito de suas comunidades, ainda que isso não estivesse escrito. Era a força patriarcal que predominava como sistema expresso na vida das camponesas, no cotidiano vivenciado em suas comunidades, sítios, assentamentos e florestas (Calaça; Cinelli; Conte, 2018, p. 1160).

Cabe destacar que o recorte analítico incorporado neste texto reúne, essencialmente, mulheres do campo, em que *o sair de casa* das Mulheres do MMC se configurou com um ato de deixar suas casas e seus quintais produtivos para irem à luta. Evidente que essa questão não desconsidera que, desde o século XIX, mulheres negras, indígenas e não brancas nunca tiveram a “opção” de ficar em casa, exercendo o trabalho explorado e invisibilizado. No entanto, reconhecer a participação ativa desses sujeitos de luta no espaço agrário é importante para compreender a constituição do feminismo e do próprio MMC.

Outro fundamento importante do feminismo, de acordo com Catiane Cinelli (2012), é a relação com a identidade, no sentido de assumir-se feminista por parte das militantes e do movimento. De acordo com Rose Marie Muraro (2002), esse feminismo traz o acúmulo da compreensão enquanto emancipação da humanidade, assim como o cuidado enquanto constituidor do humano.

As camponesas, mesmo ao identificar e valorizar a identidade e a cultura camponesa, alertam que é preciso questionar e negar qualquer relação, cultural ou não, que explore, oprime, violenta e discrimine as mulheres. Afirmando que há “aspectos da cultura camponesa que devem ser transformados, o machismo existe em nossa cultura e precisa ser enfrentado e superado” (MMC, 2018, p. 24).

O tema da identidade aparece também em Isaura Isabel Conte; Mariane Martins e Vanderleia Daron (2009, p. 121), quando as autoras ressaltam que, para compreender essa identidade, “é preciso olhar para o campo como lugar de movimento, inconformidade e reação das mulheres, já que essa é a base a partir da qual se pode falar do surgimento do MMC”. Catiane Cinelli e Elisiane de Fátima Jahn (2011) apresentam que,

A construção da identidade de camponesa e feminista é política, pedagógica, social e de proposição de novos valores, enquanto também resgata e preserva outros. Ainda, que este processo é dinâmico e dialético e, por esse motivo, envolve vários elementos, como formação, luta, novas relações de trabalho e experiências coletivas e de vivência, tanto na organização, quanto na pedagogia do exemplo. É uma construção que é individual, mas também coletiva, construindo atores sociais e não meros indivíduos espectadores (Cinelli; Jahn, 2011, p. 92).

As autoras vão além, e apresentam uma relação entre identidade de resistência e identidade de projeto:

Podemos considerar, ainda, que no MMC se entrelaçam a Identidade de resistência com a Identidade de projeto, o que produz uma força potencialmente ‘capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social’ (CASTELLS, 2002, p. 24). Nesse caso, buscando a efetivação de um Projeto de Agricultura Camponesa, fundado nos princípios da agroecologia e de construção de novas relações entre as pessoas e destas com a natureza. Enfim, assim vai se dando a constituição da Identidade feminista e camponesa, das mulheres, em meio a conflitos vivenciados numa sociedade patriarcal: as mulheres vão enfrentando as contradições dentro de sua própria casa e, ao querer sair dessa situação de inferioridade e dependência, compreendem que somente com a transformação das relações sociais é que conseguirão ter outro espaço e passar do ser menos ao ser mais (Cinelli; Jahn, 2011, p. 92).

Assumir a identidade feminista no interior do MMC ocorre partir do feminismo revolucionário e não do feminismo burguês, ou seja, um “feminismo classista, entendendo que a libertação das mulheres só é possível com a superação do capitalismo, patriarcado e do racismo” (Calaça; Conte; Cinelli, 2018, p. 1161–1162). Essa é uma demarcação política

fundamental:

Movimento feminista, significa um movimento social e político, uma postura em relação às mulheres. Estou falando do direito ao voto, do direito universitário, do direito ao salário igual, do direito à aposentadoria igual ao homem, do direito a possuir terra, do direito de ter condições de acordo com a situação das mulheres operárias a creche para as crianças. Falo de direitos concretos. De políticas efetivas. Isso significa uma postura feminista (Gebara, 2002. p. 14).

É a luta por direitos, como o reconhecimento da profissão, o acesso à documentação, a aposentadoria rural, o salário-maternidade, auxílio-doença, o acesso ao SUS, entre outros direitos fundamentais, que desde os anos de 1980 fundamenta o feminismo das mulheres camponesas no MMC. Por muito tempo, as mulheres camponesas não tinham documentos pessoais, sendo tratadas, na maioria das vezes, como filhas ou esposas, consideradas do lar, sem profissão e direitos previdenciários. Portanto, essa luta por direitos possibilitou que o trabalho fosse reconhecido e valorizado. Também foi a partir dessas lutas que as mulheres organizadas se entenderam como feministas, pois ainda que a ideia de feminismo não comparecesse explicitamente naquele momento, entende-se que a luta pelo reconhecimento do ser mulher e do valor do trabalho é uma luta feminista.

Inúmeros foram os debates para descortinar o caráter social, popular, classista, feminista e camponês do MMC, que se concretiza na materialidade da luta. Uma dessas lutas fica evidente quando os mais diversos Movimentos autônomos do campo criados no início dos anos de 1980 - entre eles citamos: Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do ES; Centro de Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Acre; Coletivo de Mulheres Trabalhadoras Rurais do MA; Comissão de Mulheres Trabalhadoras Rurais de AL; Movimento de Mulheres Agricultoras em SC; Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do RS; Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de MG; Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do MS; Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais da BA; Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de SE; Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais da PB; Movimento de Trabalhadoras Rurais do RR; Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do PA; Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais e Ribeirinhas do AM; Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de TO; Organização de Mulheres Rurais do PR - escolhem um nome comum para consolidar o MMC, assumindo o termo “camponesa”, substituindo “trabalhadora rural”. O termo camponesa(ês) alcança uma dimensão política para o Movimento, carregado de uma história e que demarca uma oposição ao capital.

A expressão ‘camponês’ ainda não aparece na década de 1980, já que a retomada do termo é recente, fruto da necessidade de uma nova demarcação conceitual/política no enfrentamento de classes frente à reestruturação do capital industrial no campo: o agronegócio que emergia. É quando os movimentos sociais se dão conta de que é necessário um novo tipo de enfrentamento de classe que o termo camponês/a passa a ser reutilizado (Conte; Martins; Daron, 2009, p. 122).

As camponesas compreenderam que era necessário retomar a categoria campesinato, pois de acordo com Seibert (2019), demarca-se uma postura analítica na particularidade do campo brasileiro que centraliza a luta de classes. Ao mesmo tempo, constrói-se uma identidade social e histórica enquanto trabalhadoras(es) do campo.

Com a denominação camponesa, se constrói uma identidade comum para avançar com lutas concretas que transformam sua realidade cotidiana e dos povos do campo, identificando o patriarcado e o capitalismo (agronegócio) como as causas da situação de injustiças e exploração a que são submetidas/os. Ao afirmar sua identidade de classe camponesa, elas afirmam também, como tem feito historicamente, a necessidade de articular a luta de classes com a luta contra o patriarcado, o racismo e qualquer forma de discriminação e exploração (Seibert, 2019, p. 108).

Percebe-se, então, que ao compartilhar a identidade de classe, feminista e camponesa, é possível explicitar as contradições existentes no interior do campesinato. Ao tomarem consciência, que acontece, sobretudo, durante os processos formativos e de luta desde o início do Movimento, começam a ser desvelados os elementos que vão constituir o Feminismo Camponês Popular, que como já afirmamos, é um processo em construção. Considerando o Movimento um sujeito histórico, Cinelli afirma,

[...] o mesmo está em construção, que nos remete a incorporar a história como uma construção humana, carregada de relações de poder numa sociedade em que o feminino foi secularmente subjugado e desvalorizado (MURARO, 2002; GEBARA, 2002). São em movimentos específicos que as mulheres conseguiram perceber a opressão de gênero e, em contraposição, propõem o feminismo (Cinelli, 2012, p. 71).

De acordo com Sirlei A.K. Gaspareto, se “as mulheres não tivessem reagido e se organizado, enfrentando os limites da opressão/exploração que pesam sobre seus corpos, seu meio, sobre seu território, em que grau de desigualdade e injustiças estaria submetida à humanidade?!” (2018, p. 178).

Portanto, a construção do feminismo no MMC se dá de forma articulada, de experiências individuais e coletivas. Traz a responsabilidade individual e organizada da luta das mulheres, o respeito às diferenças, a construção de novas relações entre homens e mulheres e com a natureza, a solidariedade, amor a luta, o companheirismo e a capacidade de indignar-se diante das injustiças, transformando a indignação em ação concreta, mística feminista e

revolucionária:

A busca por libertação das camponesas envolve ações práticas geradoras de conflitos, disputas de poder no seio familiar e da sociedade, conflitos que visam equilibrar os poderes entre homens e mulheres, [...]. Para romper as barreiras da dominação e da submissão as camponesas devem confrontar permanentemente o sistema capitalista e patriarcal. [...] o feminismo camponês popular emerge como uma proposta política construída coletiva e organicamente pelas mulheres camponesas do MMC, junto às mulheres da CLOC/LVC. [...]. A perspectiva feminista das camponesas, se efetiva em um processo permanente de transformação de cada mulher, em sua libertação individual das relações de dominação e exploração, mas ao mesmo tempo coletivamente, que é o espaço onde cada uma se alimenta e se fortalece para suas batalhas internas de libertação e também fortalece um sujeito coletivo que trava as disputas para conquistas coletivas, como as alcançadas pelo MMC ao longo de sua trajetória de organização popular (Seibert, 2019, p. 117).

Assim, o MMC busca a transformação da sociedade. Reafirma na sua unificação e consolidação, ocorrida durante o I Congresso Nacional, em 2004, os princípios de ser “camponês, feminista, de classe e popular”. Ao se nacionalizar e unificar os diversos movimentos autônomos,

Assume a palavra feminista nos escritos, no entanto, a atuação feminista se dá na construção da libertação e emancipação das mulheres, reafirmando a necessidade de mudanças e trazendo a luta histórica das mulheres como instrumento de luta por direitos à terra, à vida e política agrícola (Taborda; Cinelli; Collet, 2021, p. 10).

MMC, TERRITÓRIO E AGROECOLOGIA

Para as mulheres camponesas, não é possível construir a libertação sem enxergar a complexidade das relações que estão presentes no espaço geográfico. É a partir dessa visão que, ao recorrer aos trabalhos de militantes do MMC, percebemos que construíram sua resistência e fundamentaram seus territórios através do tripé: organização, formação e lutas. Desta forma, o MMC se constitui num movimento socioterritorial (Fernandes, 2005), já que suas lutas visam a conquista de diferentes territórios (terra, política, conhecimento, corpo etc.) e tem a sua existência condicionada à manutenção de sua territorialidade. “O território é elemento fundador de suas identidades, e é na sua relação e trabalho diferenciado com a terra/natureza (espaço), a partir de seus corpos e conhecimentos próprios, que as mulheres se definem como camponesas e realizam as lutas em defesa de seus modos de vida, cultura, terra, formas de conhecimento etc.” (Gadelha, 2021, p. 4).

De acordo com Taborda; Cinelli e Collet (2021), ao entender o território como espaço de bem viver, apontam que a luta das mulheres se dá nessa sociedade que não só explora o trabalho, os bens naturais, as sementes, a terra, os corpos e os territórios, mas fazem deles

mercadorias com objetivo de lucrar cada vez mais, o que reforça a produção da desigualdade. Nessa dimensão do território a partir dos povos originários e das mulheres, as autoras concebem a terra como sagrado, herdado da ancestralidade, e apontam para valores imateriais que propõem significados de sustentação e reprodução do viver bem.

A partir da Geografia, de acordo com Reis (2015), o feminismo reconhece a base geográfica da vida social, que não pode ser completamente explicada sem conhecer o contexto espacial em que eles aparecem. A autora apresenta que é possível a partir do “feminismo na Geografia aprender a reconhecer a natureza pelo gênero das estruturas e padrões territoriais” (Reis, 2015, p. 20).

Assim, o feminismo parte da análise do que as mulheres vivenciam em todas as dimensões da vida. Para as camponesas, compõe a produção de alimentos saudáveis, a construção da agroecologia, o conhecimento do corpo, o respeito às formas de viver, a afetividade, a sexualidade, os direitos e a luta contra o agronegócio. Apresentam, também, a dimensão do cuidado como tarefa coletiva, sendo esse, entre outros, os elementos da construção do Feminismo Camponês Popular.

Ao afirmar que o *Feminismo Camponês é popular* evidencia-se que ele é composto por mulheres da classe trabalhadora e que faz o enfrentamento ao capitalismo, representado, sobretudo, pelo agronegócio, a mineração e o latifúndio. Trata-se de um projeto de sociedade que na prática cotidiana busca construir a agroecologia como modo de vida e referência para a construção de outras relações.

Para o MMC, compreender melhor o espaço relacional e os fundamentos do sistema patriarcal, capitalista e racista, que impõe relações de poder, permite potencializar a luta por direitos. O avanço nas políticas públicas, a construção de novas relações e o fortalecimento do projeto de agricultura camponesa agroecológica, traz presente o Paradigma da Questão Agrária - PQA. De acordo com Fernandes (2001), o PQA é uma visão de mundo que acredita que o processo de acumulação e expansão capitalista no campo provoca um conjunto perverso e cruel de desigualdades. Tal modo de produção é responsável por gerar mazelas e pobreza, ao passo que combina o avanço do latifúndio, do agronegócio e da mineração, de modo predatório. Ainda, o PQA enfoca nas contradições do sistema, compreendendo que para além do desenvolvimento das relações capitalistas no campo é produzida um movimento cuja lógica está baseada em relações não-capitalistas e que o campesinato constitui-se como uma dessas manifestações.

Iridiani Gracieli Seibert e Sandra da Rocha Rodrigues (2017) afirmam que para o capital

se ampliar é fundamental aumentar o poder econômico, capitalista e imperialista. Dessa forma, para ter o controle e a concentração dos bens naturais utilizam de meios violentos para se apropriar da terra e do território das populações indígenas, campesinas e negras. As campesinas, ao contrário, entendem e se relacionam com o território de forma diferente. Para elas, território é um lugar de reprodução da vida de forma plena, no qual seja possível viver em harmonia com a natureza, entendendo-o também como um espaço onde a construção de novas relações humanas é possível.

Para Julciane Inês Anzilago, há um entendimento do território sob o olhar das campesinas, em contraponto ao capital, pois

Para as monoculturas o valor é outro porque este é comercializado e recebe valor monetário, dinheiro, fazendo com que esse espaço que por algum tempo foi de produção de alimentos e diversidade, se coloca como território do capital. O capital se territorializa, entendendo o território como espaço de poder, homogeneiza e individualiza a produção e as relações de produção, se apropria da força de trabalho, do lucro da produção que se materializa na circulação. As mulheres campesinas rechaçam pelo fato de serem autônomas em sua produção de autoconsumo e domínio sobre o território utilizado, negando o capital, reafirmando a importância desses espaços de produção para reprodução familiar das campesinas (Anzilago, 2014, p. 65).

Nesse contexto de disputa e contraponto ao agronegócio, percebe-se que para as mulheres do campo e para o campesinato há muitos desafios. Rodrigues (2019) apresenta o campesinato como complexo e contraditório, com diversas abordagens. Para compreendê-lo, faz-se necessário, na atualidade, a construção teórica sobre as formas de organização do mesmo e as relações que se estabelecem no desenvolvimento do modo de produção capitalista, que se apresenta de forma hegemônica. No entanto, encontra na reinvenção, conforme já dito acima, formas de resistência, na qual campesinas(es), trabalhadoras(es) constroem alternativas para enfrentar essa realidade.

Margarida (2023), em entrevista, afirma que o Feminismo Camponês Popular tem uma contribuição política importante. É preciso ter coerência da proposta em todos os espaços, inclusive nos quintais produtivos, com a produção de alimentos,

[...] pra mim a questão da prática do dia a dia, o teu trabalho, ele não pode estar descolado com aquilo que você prega², aquilo que você trabalha enquanto militante, então você tem que, é, fazer disso o teu cotidiano né, então, aquilo que eu estudo, faço debate, fica uma coisa vaga se não associo isso na prática do meu dia a dia, então uma vez militante quando você se assume, tem que praticar aquilo que você fala. (Entrevista concedida, de forma virtual, em 16 de janeiro de 2023. Esse nome foi escolhido pela entrevistada).

² Sentido de fala/proposta que o MMC apresenta a respeito da concepção do Feminismo Camponês Popular.

O pensamento de Margarida (2023) entrecruza ao entendimento de que a agroecologia se refere ao modo de vida, às práticas históricas de resistência e ao projeto de sociedade para o campo e a cidade que as mulheres no MMC defendem,

O MMC reconhece a agroecologia, a agricultura camponesa como parte da construção do seu feminismo, a prática histórica de resistência das mulheres dos povos originários do Brasil, a escravidão, contra a tomada do seu território e pela preservação da sua cultura, reconhece a luta das mulheres negras escravizadas, seja na criação dos quilombos ou na luta direta com os brancos, reconhece também que as camponesas pobres que migraram da Europa fugindo da fome e das guerras burguesas, também conformam nosso berço histórico e que seus conhecimentos ancestrais contribuíram para que há trinta anos [...] as camponesas de diversos cantos do país se organizassem e pudessem ter forças e elementos para lutar por reconhecimento e direitos (Calaça; Conte; Cinelli, 2018, p. 77).

O Feminismo Camponês Popular, ao pontuar seu nascimento na luta pela terra e território das populações indígenas, camponesas e negras, aponta um projeto camponês e indígena de produção de alimentos e identifica as causas da dominação e exploração das mulheres camponesas latino-americanas. As mulheres que constroem esse feminismo, nos diferentes lugares, têm em comum a relação com a terra, o território e a produção de alimentos. De acordo com Seibert (2019), visa rediscutir tanto a produção quanto a reprodução social do campesinato desde o cotidiano da vida das mulheres e da família camponesa. As camponesas desenvolvem um pensamento político, efetivando-se nas ações que se expressam na luta feminista. É daí que nasce o Feminismo Camponês Popular, e não das teorias ou de uma formulação exterior e distante da vida orgânica do MMC.

O Feminismo Camponês Popular é antipatriarcal, antirracista e anticapitalista. Incorpora a pluralidade e a diversidade. Reconhece a heterogeneidade de formas de pensar, de se organizar, de produzir e de viver das mulheres e povos do campo. Busca compreender a complexidade das formas de exploração e dominação para construir um movimento integral. Com isso, esse feminismo incorpora a discussão LGBTQIA+, e tem sido também uma forma de ampliar o debate acerca de todas as violências sofridas pelas mulheres, para que seja possível superar todos os meandros dessa violência, além de construir autonomia (Taborda; Cinelli; Collet, 2021. p. 10–11).

Assim, apresenta a necessidade de construção da nova sociedade num contexto de ruptura com o sistema capitalista, patriarcal e racista, pautado num território de vida baseado na agroecologia. Nessa caminhada de luta concreta por liberação, na disputa por um projeto de agricultura e de transformação da sociedade, um elemento importante e que também dá vida ao Feminismo Camponês Popular é a mística. Os momentos de mística sensibilizam profundamente com o ser - a beleza da música, da poesia, da simbologia, da utopia -, mas também emanam referências à lutadoras e lutadores que trazem sentido à luta cotidiana.

Segundo Adriana Maria Mezadri, Justina Inês Cima, Sirlei A. K. Gaspareto e Vanderléia Pulga, “a mística de libertação exige uma coerência entre as convicções e a ação e se manifesta na vivência de novas formas de encarar a realidade” (Mezadri *et al.*, 2020, p. 174).

A mística vem carregada, em muitos momentos, de uma forte indignação da realidade cruel da sociedade capitalista, mas também de um profundo amor com o povo.

Ernesto Che Guevara falava que todo revolucionário é movido por um enorme sentimento de amor. Pensamos que o lugar onde isso fica mais evidente na luta camponesa é na mística, tanto no ritual da mística – aquela que abre e fecha os momentos de atividades, quanto na mística pensada e sentida de forma ampla, que é o que dá sentido à primeira. Na/com a mística, sentimento anda junto com a racionalidade, ela traz os elementos da luta camponesa: sementes, soberania, diversidade produtiva, feminismo. Ela ajuda as organizações a olharem para trás, não com saudosismos, mas como impulso para um salto maior à frente, a mística resgata o ontem para hoje e, assim construirmos o amanhã que queremos, pois ela tem força de luta, cheiro de transformação (Calaça, 2021, p. 391).

A mística perpassa, também, a defesa das sementes crioulas, dos territórios, das águas, das florestas, da mãe terra, da soberania alimentar, do trabalho justo, do direito, de viver nossa missão de produzir alimentos. “É a mística que impulsiona quem caminha, quem trava o combate, quem faz história” (Mezadri *et al.*, 2020, p. 173).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: UM *CONTINUUM DESPERTAR*

Procuramos evidenciar o Feminismo Camponês Popular a partir de alguns elementos centrais: o caráter socialista e antirracista, o processo de assumir-se feminista e da construção dessa identidade, o território, a agroecologia e a mística. É a partir desses pilares que o MMC baseia suas ações, calcado numa perspectiva contra-hegemônica para o campo e que se expressa na luta por direitos, políticas públicas, novas relações e no fortalecimento de um projeto de agricultura camponesa agroecológico feminista. Estes são os principais elementos que fundamentam o Feminismo Camponês Popular. Se traduz na construção de um projeto de vida e sociedade para o campo e a cidade, com o objetivo de promover novas relações de dignidade e justiça, uma vez que esse feminismo está profundamente comprometido com a luta de classes.

Sua construção não está acabada, segue em processo, ou seja, está sendo tecido num *continuum despertar* a partir da base popular e do diálogo com histórias pré-existentes. É composto por uma diversidade de mulheres do campo, das florestas e das águas, de modos de se relacionar com todas as formas de vida, conhecimentos, regionalidades e experiências. Se caracteriza como um caminho construído por muitas “mãos e pés”, muitas cores, sentimentos, vivências e realidades concretas.

Ao longo dos mais de 40 anos de existência do MMC, percebemos o quanto as camponesas foram conformando novas estratégias de luta. A partir da organização e formação, as mulheres vão avançando, mas principalmente vão formulando conceitos e posições políticas acerca de temas que são fundamentais para o entendimento de sua condição como mulheres. Não podemos negar que “*a luta pela libertação da mulher é obra da própria mulher*”³. Essa libertação se alcança na luta cotidiana nos territórios, mas também em nível global. Todo esse processo fundamenta o Feminismo Camponês Popular, que tem por base a luta indígena, negra, camponesa e popular.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, I.; JESUS, C. P. de. Feminismo camponês popular: uma abordagem antirracista. In: MEZADRI, Adriana Maria *et al.* (org.). **Feminismo camponês popular: reflexões a partir de experiências no Movimento de Mulheres Camponesas**. 1. ed. São Paulo: Outras expressões, 2020. p. 75-85.
- ANZILAGO, J. I. **Mulheres Camponesas em Movimento: Sua Organização e Resistência no Assentamento Fernando Silva em Porangatu - Goiás**. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Julciane Inês Anzilago- Presidente Prudente, 2014.
- BRINGEL, B.; VARELLA, R. V. S. A pesquisa militante na América Latina hoje: reflexões sobre as desigualdades e as possibilidades de produção de conhecimentos. **Revista Digital de Direito Administrativo**, São Paulo, v. 3, n. 3, p. 474-489, 2016.
- BUARQUE, C. Introdução ao feminismo. In: VANIN, Iole Macedo; GONÇALVES, Terezinha (org.). **Caderno de textos gênero e trabalho**. Salvador: REDOR, 2006. p. 7-24.
- CALAÇA, M. K. **O feminismo camponês popular: resistência e revolução** / Michela Katiuscia Calaça. – Campina Grande, 2021. 452f. : il. Color. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2021.
- CALAÇA, M.; CINELLI, C.; CONTE, I. Feminismo camponês e popular: uma história de construção coletivas. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, Tocantinópolis, v. 3, n. 4, p. 1156-1183, set./dez. 2018. Disponível em: <https://sistemas.ufc.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/4993>. Acesso em: 14 jan. 2023.
- CALAÇA, M.; SEIBERT, I. Aproximações teórico/político entre a agroecologia e o feminismo camponês popular. **Cadernos de Agroecologia** – ISSN 2236-7934 – Anais do VI Congresso Latino Americano, X Congresso Brasileiro de Agroecologia - e V Seminário DF/entorno – Vol. 13, N° 1, jul. 2018.

³ Para as mulheres organizadas no MMC, a libertação da mulher, somente vai acontecer com a luta das mulheres, ou seja, não serão os homens que vão libertá-las, por isso será obra da própria mulher organizada e de forma coletiva.

CINELLI, C. **Programa de sementes crioulas de hortaliças: experiência e identidades no Movimento de Mulheres Camponesas.** 2012. Dissertação (Mestrado em Educação nas Ciências) - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), Ijuí, 2012.

CINELLI, C.; JAHN, E. F. A constituição de identidade camponesa e feminista no Movimento de Mulheres Camponesas. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 10, n. 117, p. 86-92, fev. 2011. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/11796/6546>. Acesso em: 22 mar. 2023.

CISNE, M. Feminismo e liberdade no campo: a importância da organização para as mulheres rurais. In: HORA, Karla; MACEDO, Gustavo; REZENDE Marcela (org.) **Coletânea sobre estudos rurais e Gênero prêmio Margarida Alves.** 4. ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015, p. 111-130.

CLOC/LVC: Feminismo Campesino Popular: Acción y pensamiento de lucha de las mujeres del campo, indígenas y afrodescendentes de la CLOC/LVC. S/D.

CONTE, I. I.; MARTINS, M. D.; DARON, V. P. Movimento de Mulheres Camponesas: Na luta a constituição de uma identidade feminista, popular e camponesa, In. **Mulheres resistência e luta em defesa da vida**, Org. Conceição Paludo, CEBI, São Leopoldo, 2009, pp. 86-132.

FERNANDES, B. M. A questão agrária no limiar do século XXI. **Espaço e Geografia**, Brasília, DF, v. 4, n. 1, p. 7-24, 2001.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária -NERA**, São Paulo, Presidente Prudente, ano 8, n. 6, p. 24-34, jan./jun. 2005.

GADELHA, R. R. História e Lutas da Territorialização do Movimento de Mulheres Camponesas de Minas Gerais. **Revista NERA**, v. 24, n. 57, p. 158-184, 2021.

GASpareto, S. A. K. **Pedagogia da semeadura: a Construção de Saberes pelo Movimento de Mulheres Camponesas no Programa de Sementes Crioulas**. São Paulo: Ed. Dialogar, 2018.

GEBARA, I. **Cultura e relações de gênero.** São Paulo: Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae – CEPIS, 2002.

MARX, K. O Capital. **Crítica da economia política.** 2. ed. São Paulo. Expressão Popular, 2008.

MEZADRI, A. M; CIMA, J. I.; GASpareto, S. A. K.; PULGA, V. A mística feminista camponesa e popular no MMC. In: MEZADRI, Adriana Maria *et al.* (org.). **Feminismo camponês popular: reflexões a partir de experiências no Movimento de Mulheres Camponesas.** 1. ed. São Paulo: Outras expressões, 2020. p. 171-189.

MIGUEL, A. de. **Los feminismos através de la historia.** [S. l.: s. n.], 2011. Disponível em http://www.mujeresenred.net/anademi_guel.html. Acesso em: 29 dez. 2023.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONÉSAS. Deliberações do Movimento de Mulheres Camponesas – Brasil. Uma Afirmação de Muitas Histórias. **Documento Tese do MMC.** Brasília, 2004.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONÉSAS. **Feminismo Camponês e Popular**, Ed. Passografic, Passo Fundo, 2018.

MURARO, R. M. **A mulher no terceiro milênio:** uma história da mulher através dos tempos e suas perspectivas para o futuro. 8 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2002.

KETZER, P. **Epistemologia Feminista.** Enciclopédia mulheres na filosofia. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/epistemologia-feminista/>. Acesso em: 10 abr. 2024.

RODRIGUES, S. M. R. **Da Autonomia das Mulheres por Meio do Trabalho:** um estudo de caso sobre produção e comercialização em feiras agroecológicas do Foz Do Iguaçu/PR. 2019. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Foz do Iguaçu, Centro de Educação, Letras e Saúde, Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras, 2019.

SAFFIOTTI, H. **A mulher na sociedade de classes** – Mito e Realidade. Ed. Expressão Popular. São Paulo, 2013. 528 p.

SEIBERT, I. G. **Feminismo camponês popular:** contribuição das mulheres camponesas na luta de transformação social. 2019. Dissertação (Mestrado em Estudos Comparados Sobre as Américas) - Programa de Pós-graduação de Estudos Comparado para as Américas, Ciências Sociais, Universidade de Brasília/UNB, Brasília, 2019.

SEIBERT, I. G.; RODRIGUES, S. M. R. A aproximação teórica entre o feminismo camponês e popular e o marxismo latino-americano. *In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA*, 8., 2017, Curitiba. **Anais eletrônicos** [...]. Disponível em: <https://singa2017.files.wordpress.com>. Acesso em: 15 jun. 2021.

TABORDA, N. W.; CINELLI, C; COLLET, Z. Território: um olhar a partir das mulheres do movimento de mulheres camponesas. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA*, 14., 2021. **Anais eletrônicos** [...]. Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/78105>. Acesso em: 28 fev. 2022.

TABORDA, N. W. **Feminismo Camponês Popular: território de luta e resistência no Movimento de Mulheres Camponesas.** Orientadora: Janaina Francisca de Souza Campos Vinha. 2023. 288 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, São Paulo, 2023.